

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1797732 - DF (2019/0043016-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MARIA LETICE DE MORAES LOPES
ADVOGADOS : REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA - DF025480
MURILLO DOS SANTOS NUCCI - DF024022
DANIELI DA ROSA LOEBLEIN - DF052097
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : FERNANDO JOSÉ LONGO FILHO - DF022005

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO DE AÇÃO. PRESCRIÇÃO. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Tribunal de origem decidiu a controvérsia a partir da premissa de que, por força do princípio da especialidade, o art. 1º da Lei 7.515/1986 (*"O direito de ação contra quaisquer atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Direta do Distrito Federal e nas suas Autarquias prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final"*) sobrepõe-se à regra do art. 1º do Decreto 20.910/1932.

2. O recurso especial não se presta ao exame de matéria constitucional, o que inviabiliza a apreciação da tese segundo a qual a Lei 7.515/1986 não teria sido recepcionada pela atual Constituição da República, ou, outrossim, que seria inconstitucional, porquanto contrária ao estabelecido no art. 22, I, da referida Carta Constitucional.

3. A parte recorrente também questiona a validade da Lei 7.515/1986 à luz do Decreto 20.910/1932, o que, todavia, não é possível em recurso especial, sob pena de invasão da competência reserva da STF, nos termos do art. 102, III, *d*, da Constituição Federal.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

